

RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.942 - PE (2019/0092300-4)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : PROVIDER SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (EM RECUPERACAO JUDICIAL)
ADVOGADO : IVO DE OLIVEIRA LIMA - PE025263

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição da República, contra acórdão assim ementado (fls. 337-348, e- STJ):

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRESA EM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. EXCESSO.

I. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que, em sede de execução fiscal contra empresa em recuperação judicial, determinou a lavratura de auto de penhora, avaliação, depósito e registro do bem imóvel sede da sociedade executada, ora agravante.

II. Em suas razões recursais, a parte agravante alega que: a) foi lavrado Auto de Penhora nos autos da Ação de Execução Fiscal nº 0801851-98.2017.4.05.8300 (doe. 02 fls. 72), do bem imóvel sede da empresa, mesmo já tendo sido feita penhora no rosto dos autos do processo de Recuperação Judicial tombado sob o nº 0028887-21.2015.8.17.0001; b) o prejuízo sofrido pela agravante com a penhora do bem imóvel, sede da empresa, é evidente pois, além da prejudicialidade quanto à continuidade ao plano de Recuperação da Empresa, ainda demonstra visível excesso de penhora, uma vez que o juiz universal da Recuperação Judicial já determinou a penhora no rosto dos autos dos créditos em favor da Fazenda Nacional, relativamente a Execução Fiscal nº 0801851-98.2017.4.05.8300, no valor integral do débito, ou seja, R\$ 14.782.809,97; c) o imóvel penhorado em questão, além de ser a sede da empresa, está hipotecado ao Banco do Brasil o que denota uma temeridade à penhora realizada, além da clara inviabilização ao plano de Recuperação Judicial da agravante e do excesso de penhora; d) não obstante a concessão da recuperação judicial não obrigue a suspensão da execução fiscal, a penhora de bens essenciais à atividade da empresa pode levar à falência da entidade além de tomar inócua a recuperação e sabotar a satisfação de diversos créditos, incluindo créditos que são preferenciais aos fiscais.

III. O art.6º, §7º, da Lei 11.101/2005, prevê a não suspensão das execuções de natureza fiscal pelo deferimento da recuperação judicial, abrindo só uma exceção, na concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica. Ou seja, a execução fiscal só pode ser suspensa em função de parcelamento.

IV. A Fazenda Nacional faz jus ao prosseguimento da execução, sendo cabível a ordem de penhora e avaliação de bens da parte executada. Precedentes: TRF5. Segunda Turma. AGTR141758/PE. Rel. Des. Fed. Conv. Ivan Lira de Carvalho. Relator p/acórdão Vladimir Carvalho. Julg. 08/09/2015. DJe 29/08/2015; Proc. 08046118820174050000. rel. Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto, julg. 31.8.2017.

V. Contudo, ao analisar os autos, verifica-se que, de fato, o Juiz Universal da Recuperação Judicial já determinou a penhora no rosto dos autos dos créditos em favor da Fazenda Nacional, relativamente à Execução Fiscal nº 0801851-98.2017.4.05.8300, no valor integral do débito, ou seja, RS 14.782.809,97, conforme certidão nº 16/2018 (id. 4050000.11325406). Assim, a realização de nova penhora em bem imóvel sede da empresa executada acarreta visível excesso de penhora.

VI. Agravo de instrumento provido, para determinar o levantamento da penhora realizada no bem imóvel sede da sociedade executada, tendo em vista existir penhora no rosto dos autos da Recuperação Judicial.

Cuidaram os autos na origem de ação de execução fiscal de débitos tributários. A penhora de R\$14.782.809,97 no rosto dos autos da recuperação judicial foi decretada. Concedeu-se a liminar, para determinar o levantamento da penhora realizada no bem imóvel sede da sociedade executada, tendo em vista existir penhora no rosto dos autos da Recuperação Judicial, confirmada pelo acórdão no Agravo de Instrumento.

A Fazenda Nacional afirma que houve, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts.6º, § 7º, da Lei 11.101/2005, 5º e 29 da Lei 6.830/1990, 187 e 191-A do CTN e 860 do CPC/2015. Sustenta que impossibilitada a cobrança de crédito fiscal no processo de recuperação judicial, porquanto os efeitos da recuperação judicial não alcançam a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, ficando restritos aos débitos perante credores privados, não sendo possível a suspensão do prosseguimento da execução fiscal.

Contrarrazões às fls. 373-382, e-STJ.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 29 de abril de 2019.

Verifico que a matéria versada no apelo foi submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos (REsps 1.694.316/SP, 1.694.261/SP e 1.712.484/SP, que cuidam do Tema 987/STJ: "Possibilidade da prática de atos constitutivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal").

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual, isto é, a criação de mecanismo que enseje às instâncias de origem o juízo de retratação na forma dos arts. 1.039 a 1.041 do CPC/2015. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRÁTICA DE ATOS CONSTRITIVOS. TEMA AFETADO AO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. ART. 1.037 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM. DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - É possível a modificação do julgado por meio dos Embargos de Declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. Essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes sobrevém como resultado da presença de um ou mais vícios que ensejam sua oposição e, por conseguinte, provoquem alteração substancial do pronunciamento.

III - O tema do presente recurso refere-se à possibilidade da prática de atos constritivos, em face da empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal, o qual foi afetado ao rito especial do art. 1.037 do Código de Processo Civil de 2015, impondo ao tribunal de origem a suspensão de recursos interpostos por idêntica questão de direito até julgamento definitivo da controvérsia.

IV - *In casu*, restou configurada a excepcionalidade capaz de ensejar o acolhimento dos embargos de declaração, com efeitos infringentes, para determinar o cancelamento das decisões anteriores proferidas por esta Corte e a devolução dos autos ao tribunal de origem, com a devida baixa, a fim de que o processo permaneça suspenso até a publicação do acórdão do recurso especial repetitivo, observando-se, em seguida, o procedimento previsto no art. 1.040, I e II, do Código de Processo Civil.

V - Embargos de declaração acolhidos, com excepcionais efeitos. (EDcl no AgInt no REsp 1.675.366/PE, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 24.10.2018)

Pelo exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 1.039 a 1.041 do CPC/2015 e após a publicação do acórdão do respectivo recurso excepcional representativo da controvérsia:**

a) denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou

b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 31 de maio de 2019.

Ministro HERMAN BENJAMIN
Relator

